

Procon propõe extinção do Conselho de Educação

18/5/88, QUARTA-FEIRA • 13

José Dornelles

A diretora executiva do Programa de Defesa do Consumidor (Procon), Elisa Martins, encaminhou relatório ao governador José Aparecido sugerindo a extinção do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) e a criação de uma comissão composta por representantes de pais de alunos, Secretaria de Educação e escolas, a fim de estudar os aumentos das mensalidades escolares e defender os interesses do contribuinte.

"Enquanto o Conselho empurra o problema das mensalidades com a barriga, o trabalhador é quem paga caro pela escola", afirmou Elisa, que acusou o CEDF de "omissão e conivente com os aumentos e com a desobediência civil praticada pelas escolas".

Há 33 dias os pais de alunos de escolas particulares estão forçados a conviver com o não cumprimento, pelo CEDF, do decreto-lei nº 95.921, que no dia 14 de abril determinou a fixação de um índice oficial de reajuste das mensalidades. Enquanto as escolas têm imposto aumentos na medida do seu interesse e o Governo não pode agir contra os abusos, denunciou Elisa, "o Conselho não expediu sequer uma orientação sobre o problema nem tomou qualquer providência quanto aos casos pendentes".

Reclamações

O número de reclamações que chegam diariamente ao Procon é grande. Em janeiro foram 40; em fevereiro, 69; em março, quando os aumentos estouraram, o número chegou a 2.624. Em abril este número caiu para 448, totalizando 3.181 reclamações de abusos no aumento de mensalidades, em quatro meses.

Baseado em dados fornecidos por pais de alunos, através de carnês de mensalidades já pagos, o Procon elaborou uma relação de escolas que aumentaram em mais de 20% as suas mensalidades, de abril para maio. O colégio Leonardo Da Vinci aumentou a men-

salidade em 35%; o colégio JK em 36,94%; a creche e maternal da QE 30-GH em 45,68%; a Escola Adventista de Brasília teve um aumento de 23,77% para a 7ª série do 1º grau e de 96,10% para o jardim de infância; o Centro Educacional Champagnat em 21,88%; Colégio Compacto 2º grau em 33,33%; Colégio Estella Maris em 34,85%; Centro de Ensino Oswaldo Cruz em 80%; escola Sementinha em 28,73%; Curso Alfa em 38,38%; e a escola Inei cobra suas mensalidades em OTN.

Reformular

Como os Conselhos de Educação foram criados por uma lei federal, que só pode ser revogada através do Congresso Nacional, Elisa Martins também sugere, caso não haja a extinção completa, que se faça uma reformulação na composição do CEDF, tornando-o mais comprometido com a população do que com as "empresas de educação". Dos 12 membros do CEDF, apenas quatro não têm qualquer ligação formal com escolas particulares, como o próprio presidente, Gildo Wiladino, que é cotista do Ceub.

Sunab

Para demonstrar que há falta de vontade política em resolver rapidamente o problema das mensalidades, Elisa Martins mostrou um telex enviado à Sunab pedindo que sejam tomadas "providências urgentes para que sejam estabelecidos os índices oficiais, os mecanismos de controle e a fiscalização dos aumentos das mensalidades, conforme prevê o decreto nº 95.921".

A resposta do delegado da Sunab, Paulo Augusto Guimarães, foi de que "tais medidas são de exclusiva competência do Conselho de Educação do DF, conforme prevê o decreto 95.921". Elisa também disse que a Sunab não tem autuado as escolas de Brasília, simplesmente porque o Conselho ainda não providenciou a assinatura de um convênio com a Sunab para que ela possa agir no DF.